



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**HISTÓRIA E LITERATURA: APONTAMENTOS TEÓRICO-
METODOLÓGICOS SOBRE A PESQUISA HISTÓRICA EM FONTES
LITERÁRIAS**

Evander Ruthieri S. da Silva*

História e literatura constituem campos de conhecimento que compartilham relações cognitivas com o mundo social e cultural, e que o investem, por meio da tessitura narrativa e em retratos de papel e letras, com sentidos e significações. O crescente interesse manifesto por historiadores com relação às fontes literárias – romances, contos, novelas, folhetins, seus leitores, editores e literatos, apenas para citar alguns exemplos – evidencia, por um lado, o reconhecimento da capacidade inerente aos textos ficcionais em construir afinidades e entrelaces com o real, de modo a inscrever, em seu âmago sensível, indícios fragmentários de razões e sentimentos, imaginários e sensibilidades experienciados e partilhados pelos atores históricos. Por outro lado, esta aproximação com os textos literários é decorrente e sintomática de um momento de expansão das abordagens e dos métodos utilizados pelos historiadores, cientes das discussões em torno dos aspectos narrativos relacionados à “operação historiográfica”¹.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desenvolve pesquisa sobre a produção intelectual e literária do romancista anglo-irlandês Bram Stoker (1897-1912), sob orientação do prof. Dr. Clóvis Gruner. e-mail: evander.ruthieri@gmail.com

¹ Expressão do historiador Michel de Certeau.

A utilização de fontes literárias ou dotadas de literariedade enquanto substrato para a pesquisa histórica recebe enfoque especial por intermédio das contribuições teóricas e metodológicas de historiadores da cultura, instigados a inquirir acerca da elaboração de representações individuais ou coletivas. Trata-se, portanto, de um desafio analítico em investigar e problematizar, pelo olhar histórico, a força de narrativas ficcionais, textuais ou mesmo imagéticas, em organizar as percepções e visões de mundo de indivíduos no tempo pretérito, literatos e romancistas, assíduos observadores do mundo social e cuja escrita é capaz de mobilizar condutas e projetar ações. Refletir historicamente acerca do literário, reencontrar textos e autores nos movimentos de sua sociedade, de seu tempo e em suas redes de interlocução, destrinchar as trajetórias de literatos e leitores, ficções e personagens, são possibilidades analíticas alinhavadas à proposta de “partir do texto” para se “dedicar a reconstruir os contextos múltiplos nos quais ele adquire ação e sentido” (REVEL, 2009, p.136).

O texto que ora se apresenta, relacionado à nossa pesquisa de mestrado dedicada à análise de parte da trajetória intelectual e da produção literária de um romancista anglo-irlandês finissecular (Bram Stoker, 1847-1912), trata sobre possibilidades de caráter teórico-metodológico concernentes aos usos de fontes literárias para a investigação histórica a partir de dois movimentos: a) inicialmente, uma incursão à parte dos debates fomentados sobre as relações entre história e narrativa, sobretudo pautadas nas contribuições de Michel de Certeau, Paul Ricoeur e Roger Chartier; b) considerações sobre o escrutínio das fontes literárias por meio de indagações pautadas nas perspectivas da história cultural, em vias de destacar a tessitura de textos literários enquanto indícios para a análise dos processos de constituição de imaginários, sensibilidades e representações promovidos por indivíduos e grupos sociais.

1

As relações, os embates e os diálogos entre as operações de conhecimento histórico e as formas narrativas são antigos e remetem a uma hierarquia de gêneros literários sugerida pela tradição aristotélica (REVEL, 2010). No entanto, estas reflexões recebem ênfase a partir das décadas de 1960 e 1970, sobretudo no bojo dos debates fomentados pelo *linguistic turn* (ou, nos termos de Gabrielle Spiegel, um *semiotic challenge*), o qual, a partir de uma rigorosa ortodoxia saussuriana, “toma a linguagem

como um sistema fechado de signos cujas relações produzem por si só significação” (CHARTIER, 1994, p.105). Para os teóricos da “virada linguística”, a realidade seria constituída unicamente pela linguagem, de modo a negligenciar possibilidades subjetivas e intervenções individuais ou coletivas. Em consequência, para os críticos da “virada linguística”, as operações históricas seriam destituídas de objetos de análise, já que, nesta perspectiva, as distinções entre textos e contextos, realidades sociais e expressões simbólicas, discursos e práticas tornariam-se rasas e fugidias. Além ou aquém das vontades individuais, as criações de sentidos assumiriam um caráter impessoal, determinadas por atos linguísticos. Diversos conceitos utilizados por historiadores seriam minados pelo “desafio semiótico”: causalidade, mudança, agenciamento e determinação social (SPIEGEL, 2005, p.3).

Estes embates em torno da questão narrativa adensam-se com as publicações de Paul Veyne (*Comment on écrit l'histoire*, 1971), Hayden White (*Meta-History*, 1973) e Lawrence Stone (*The Revival of Narrative*, 1979). O classicista Paul Veyne questionou a pretensão da disciplina histórica à produção de conhecimento científico, sobretudo, à guisa do sentido das ciências exatas. Veyne postulou que, ao construir narrativas produtoras de inteligibilidade, não haveria distinção entre a história e as formas literárias tradicionais. Em consequência, as explicações históricas continuariam, fundamentalmente, pautadas em “uma narração, e o que se denomina explicação não é mais que a maneira da narração se organizar em uma trama compreensível” (VEYNE, 1998, p.81). Dois anos depois, o norte-americano Hayden White, em sua tentativa de identificar os tropos discursivos, figuras retóricas que organizariam as formas possíveis de narração e explicação histórica, afirma que a escrita historiográfica baseia-se em uma “estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 1992, p.11). A assertiva, interpretada como uma diluição entre a narrativa histórica e as operações imaginárias e ficcionais, causou contendas entre historiadores - em especial, Arnaldo Momigliano e Carlo Ginzburg - que reagem de modo a realçar as especificidades da narrativa e do método da historiografia, as relações entre a prova e a retórica, as operações de conhecimento histórico e suas relações com a ficção.

Por sua vez, o suposto “retorno da narrativa” (postulado por Lawrence Stone) na pesquisa histórica demarca, de modo sintomático, uma sensação de insatisfação e de exaustão das práticas e dos modelos explicativos do real em vigência até então, a exemplo do marxismo e dos estruturalismos, bem como das expectativas e dos esforços em

promover modelos “científicos” de explicação histórica. O historiador Roger Chartier enfatiza que em tempos de uma suposta “crise epistemológica” as antigas certezas que permeavam o campo da história são abaladas por uma tomada de consciência, por parte dos historiadores, de que seu discurso, seja qual for sua forma, sempre é uma narrativa. No entanto, cabe o alerta de que mesmo que a narrativa aproprie-se de uma forma comum à literatura, o historiador não produz um texto literário devido a uma dupla dependência: em relação aos arquivos, aos traços do passado, e em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas características de seu ofício (CHARTIER, 2002, p.85-98).

Pautado nas considerações de Paul Ricoeur sobre história e narrativa em *Temps et Récit* (1983), Chartier também questiona o primado deste “retorno da narrativa”, ao afirmar que ela nunca esteve de fato ausente: “a mutação existe, mas é de outra ordem. Ela tem a ver com a preferência dada recentemente a algumas formas de narrativa em detrimento de outras, mais clássicas” (CHARTIER, 1994, p.103). Diante dos desafios postulados pelo *linguistic turn*, pela “crise epistemológica” ou pelos supostos “tempos de incerteza”, os pesquisadores do campo da história cada vez mais se atentam aos elementos narrativos e retóricos inerentes ao seu *metier*, de modo que “a narrativa é no mesmo momento o objeto de um investimento próprio: procura-se nela não apenas uma parada ou uma solução de volta, mas também um recurso” (REVEL, 2010, p.210). Na esteira destas possibilidades teóricas, a narrativa torna-se uma das vias de contribuir para a construção da inteligibilidade dos objetos que os historiadores estudam; assim, a inquirição acerca da “lógica social dos textos” (SPIEGEL, 1997, p.xviii) remete igualmente a uma atenção aos lugares sociais nos quais as narrativas se consolidam, investem e atuam.

Com efeito, Michel de Certeau, por intermédio dos argumentos elaborados em *L'opération historique* (1974), atenta-se para a combinação de três elementos que constituem o ofício do historiador: o lugar social e institucional no qual se estabelece o discurso histórico, os procedimentos técnicos relacionados à pesquisa e, por fim, a elaboração de uma escrita, um discurso. A escrita da história “se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter-se: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (CERTEAU, 2002, p.66). Seu significado fundamenta-se em estruturas ideológicas ou imaginárias, mas que são afetadas por referenciais externos ao discurso historiográfico, o qual visa ‘compreender’ o seu outro –

a crônica, o arquivo, o documento. Os textos produzidos pelos historiadores, portanto, seriam *folheados*, no sentido em que, por intermédio de notas, citações e referências, remetem a uma linguagem que o antecede, um “saber do outro” (CERTEAU, 2002, p.101). Em resposta ao *linguistic turn*, Certeau reforça a pretensão da história a um “discurso de verdade, construindo uma relação que pretende ser controlável com o que estabelece como seu referente” (CHARTIER, 2002, p.159), neste caso, uma realidade desaparecida a ser compreendida pela via do escrutínio dos historiadores em seus aportes documentais.

Paul Ricoeur compartilha da estrutura triádica derivada das contribuições de Michel de Certeau, embora atribua conteúdos distintos em pontos de importância. O filósofo francês destaca a importância das três fases constituintes da operação histórica ou historiográfica, as quais não pressupõem, necessariamente, estágios cronologicamente distintos, mas níveis inter-relacionados da investigação histórica. As três etapas seriam, a saber, a) a fase documental, baseada em declaração de testemunhas oculares ou pela constituição de arquivos por meio dos quais se estabelecem provas documentais; b) a fase explicativa ou compreensiva, articulada a uma inquirição intensiva dos processos históricos apreendidos a partir dos indícios, das pistas e dos rastros nos documentos; c) a fase representativa, ligada ao estabelecimento de uma forma literária ou escrita do conhecimento difundido aos leitores de história. O desafio epistemológico torna-se particularmente intenso na fase de explicação/compreensão mas, não obstante, não limita-se a esta operação, pois é por intermédio da escrita que se declara a “intenção historiadora”: promover uma representação ou uma reconstrução verossímil do passado (RICOEUR, 2007, p.146-147).

Por isso, toda a escrita da história, mesmo pautada no estruturalismo ou proclamando-se menos narrativa, foi sempre constituída a partir de fórmulas que regem a construção de narrativas (CHARTIER, 2002, p.86). Daí a ênfase na ideia polissêmica de *representação*, que para Paul Ricoeur expressa a “pluricidade, a diferenciação, a temporalização múltipla dos fenômenos sociais” (RICOEUR, 2007, p.239). Além disso, atua enquanto componente simbólico na estruturação de vínculos sociais e de identidades, e remete, no âmbito da teoria da história, à terceira fase da operação historiográfica. Trata-se de um reconhecimento da escrita da história enquanto uma “narrativa de representação do passado, que formula versões – compreensíveis, plausíveis, verossímeis – sobre experiências que se passam por fora do vivido” (PESAVENTO, 2012, p. 43). A noção de

representação revestiu-se de importância nas pesquisas recentes realizadas no âmbito da história da cultura, sobretudo por remeter aos processos de percepção, reconhecimento, classificação e legitimação da realidade social, imbuída de sentidos e significados por meio de artefatos culturais. Destes, as representações literárias, imersas em uma infinidade, por vezes labiríntica e emaranhada, de rastros fragmentários do sensível, fornecem fontes privilegiadas para o escrutínio de figurações e imaginários elaborados por romancistas, literatos e ficcionistas imersos em contexturas sociais e no âmago de embates culturais.

2

No cerne destas discussões, pautadas nos entrecruzamentos e nas especificidades das narrativas históricas e ficcionais, denota-se que “uma nova geração de historiadores da cultura usa técnicas e abordagens literárias para desenvolver novos materiais e métodos de análise” (HUNT, 1992, p.19). Trata-se de uma aproximação da historiografia frente à literatura, em vias de investigar as suas manifestações narrativas, suas relações com a vida social e com as experiências culturais de uma determinada época. Este posicionamento, que observa na literatura uma fonte inesgotável para a investigação de nuances das experiências humanas no tempo pretérito, da construção dos sentidos por meio de textos ou imagens, pauta-se na capacidade da ficção de “liberar retrospectivamente certas possibilidades não-realizadas do passado histórico” (RICOEUR, 2010, p.327) e de reafirmar, mediante uma visão multidimensional do texto, lugares e personagens que, enquanto pertencentes ao campo do ficcional, estabelecem diálogos com o aspecto histórico do testemunho literário.

Na historiografia brasileira, as abordagens de Nicolau Sevcenko, Sandra Jatahy Pesavento e Sidney Chalhoub, dotadas de perspectivas teóricas distintas, demonstram a proximidade do ofício do historiador com as fontes literárias, sobretudo nos estudos acerca do final do século XIX e início do século XX, no escopo de cercar o “conjunto de significados condensados na sua dimensão social” (SEVCENKO, 2003, p.77). Estes debates concebem a inquirição da literatura, pelo método da análise historiográfica, não apenas a partir de seus elementos estéticos e artísticos, mas também delineiam os textos literários como manifestações culturais e discursivas, os quais carregam consigo subsídios acerca de sensibilidades, figurações e imaginários. Repleta de significados, a

narrativa literária evoca “experiências singulares” (TODOROV, 2009, p.77) que estabelecem complexos diálogos com os entornos históricos e sociais que a envolve, atribuindo-lhe sentidos intermediados por meio de práticas de escrita e de leitura.

Desta forma, a ênfase recai no conceito de *imaginário social*, extremamente expressivo dos investimentos simbólicos realizados pela literatura, ao projetar imagens textuais e mentais que exaltam posicionamentos sociais, identidades e alteridades. Os estudos em torno dos processos de constituição e difusão de imaginários sociais emergem a partir das críticas direcionadas à chamada “história das mentalidades”, cujo aporte teórico-metodológico privilegia as imagens mentais produzidas em longas durações temporais em associação a algo que poderia ser chamado de uma “mentalidade coletiva” ou de um “aparelhamento mental” (RICOEUR, 2007, p.207). Estas noções, consideradas pouco precisas, são devidamente debatidas a partir das propostas de renovação de objetos e abordagens analíticas posteriores à década de 1960. No campo das ciências humanas, as elaborações acerca da noção de imaginário são tributárias às contribuições do filósofo Cornelius Castoriadis e de historiadores como Jacques Le Goff e Georges Duby. Estes debates fornecem subsídios teóricos ao escrutínio das dimensões sensíveis produzidas em determinadas sociedades, das formas de atribuir sentido e organizar a realidade por meio de “um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas” (BARROS, 2007, p.27).

Vislumbram-se sistemas de imaginários por meio de uma infinidade de artefatos culturais, gestados em concepções culturais e gêneros distintos, que evidenciam a experiência humana no tempo pretérito em objetos que atuam nos processos de atribuição de sentidos à realidade social. Por isso, as figurações imaginárias associam-se aos esforços de identificação, organização e ressignificação do mundo objetivo, capazes de formular práticas sociais, desejos e expectativas. A literatura atua com força na promoção de imaginários, devido à sua capacidade de reconfiguração do tempo vivido e sua possibilidade de catapultar personagens e lugares que, mesmo estando no campo ficcional, reverberam sentimentos e razões cultivados na conjuntura histórica em que os textos foram gestados e inscritos por ficcionistas, estes observadores sensíveis da tessitura social. A escrita ficcional mobiliza um imaginário literário que participa ativamente de “uma *construção social da realidade*, obra dos homens, representação que se dá a partir do real, que é recriado segundo uma cadeia de significados partilhados” (PESAVENTO,

2003, p.35) e igualmente permeia-se por temas que aludem às certezas e incertezas compartilhadas por estes literatos, os quais são, efetivamente, leitores atentos ao mundo social.

A atenção da historiografia aos imaginários coletivos ou sociais parte de um reconhecimento do simbolismo e da imaginação como forças motrizes dos constrangimentos cotidianos, capazes de orientar condutas, moldar comportamentos, evocar paixões e sensibilidades. Até porque, como lembrou Bronislaw Baczko, “o princípio que leva o homem a agir é o ‘coração’, são as suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige a linguagem “enérgica” dos símbolos e dos emblemas”. (BACZKO, 1985, p.301). Os imaginários são sempre historicamente localizados e socialmente construídos; partem das experiências de homens e mulheres que constroem representações para conferir significados e sentidos à tessitura social nos quais se encontram inseridos ou circulam. A literatura, em sua capacidade de comportar a força das representações sociais, investe no universo simbólico no qual se assentam os imaginários sociais e evidencia a atividade individual de literatos, romancistas, poetas e prosadores em um fenômeno social ou coletivo. Assim, ao inscreverem seus textos com fragmentos de razões e sentimentos que cercam e organizam a sua vivência histórica, a literatura tornou-se fonte histórica do sensível e do dizível.

O conceito de *sensibilidades* referencia uma “ponta avançada do imaginário”, e remete às modalidades de refletir e sentir o mundo social, às “manifestações de tradução da realidade tal como a capacidade racional do homem de pensar o mundo” (PESAVENTO, 2010, p.19). Seu estudo deriva das mudanças realizadas no campo da história, cada vez mais atenta às “imbricações e limites entre o racional e o irracional, entre o mensurável e o imensurável, entre o conhecimento sensível, da órbita dos sentimentos e emoções, e o racional, apoiado na logicidade, nas leis e nos princípios universais construídos pelas ciências” (PESAVENTO, 2010, p.19). Trata-se de um aporte teórico preciosíssimo no desafio de perscrutar a literatura enquanto expressão cultural, dadas as capacidades dos textos literários de estabelecerem uma sintonia refinada com os sonhos, as paixões e os sentimentos que emanavam de trajetórias individuais imersas em mundos sociais. As sensibilidades competem ao subjetivo, ao emocional, das lágrimas

derramadas sob as leituras de romances epistolares no século XVIII² aos ódios cultivados nos duelos oitocentistas³, mas convém enfatizar que “os sentimentos e as emoções participam de um sistema de sentidos e valores próprios de um grupo social cujo caráter bem fundado confirmaria, assim como os princípios que organizam o vínculo social” (LE BRETON, 1999, p.15).

Permeada por formas de traduções sensíveis do viver e do pensar, a literatura, segundo Jacques Leenhardt, é visionária, pois sua narrativa torna-se capaz de organizar um universo de ações e de significados (LEENHARDT, 2004, p.153), que, devidamente questionados pelo historiador, enriquecem a compreensão das próprias vivências social e cultural. Os textos inscrevem em si variados interesses e motivações, desejos materiais e sonhos imaginários, são propulsores do comportamento humano (SPIEGEL, 1995, p.28), revelam as nuances e as sutilezas do passado, reafirmam a capacidade de reafirmar e consolidar sensibilidades por meio do discurso literário. No terreno fictício espraiam-se ideais acerca dos universos comportamentais que estabelecem entrelaces com a realidade social, no escopo de representá-la ou transformá-la, pois os livros visam estabelecer uma ordem (CHARTIER, 1994), mas também estão no cerne dos “níveis de tensão existentes no seio de determinada estrutura social” (SEVCENKO, 2003, p.28).

Enfim, entre a história e a literatura, percebem-se níveis distintos de aproximação com a realidade social. Enquanto artefato narrativo e ficcional, a escrita literária inscreve expressões parciais das formas pelas quais homens e mulheres pensam, sentem e agem. Estes retratos de papel e letras aludem a pistas verossímeis das tortuosas vias pelas quais os atores históricos organizavam sua vivência histórica, investindo personagens e cenários ficcionais com certezas e incertezas sensíveis de sua própria temporalidade. Os textos literários, por intermédio de sua leitura e circulação, também atuam na partilha de sensibilidades e imaginários, utopias e distopias que emergem da escrita ficcional. Para os historiadores, a escrita literária fornece rastros das experiências subjetivas, dimensões do tempo pretérito nem sempre acessíveis à interpretação por intermédio de outros aportes documentais. Portanto, a partir do reconhecimento dos próprios elementos narrativos presentes na escrita da história, e da capacidade cognitiva

² Cf. BUFFAULT, Anne-Vincent. *História das Lágrimas: séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; LOTTERIE, Florence. *Littérature et sensibilité*. Paris: Ellipses, 1998; HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

³ Cf. GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

inerente às narrativas (ficcionais ou não), a perquirição histórica de testemunhos literários, das trajetórias e dos lugares sociais ocupados por literatos e romancistas constitui-se em uma das vias possíveis de elucidar a experiência humana no tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmun (org). *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARROS, José D'Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. In: *Revista Conexão – Comunicação e Cultura*, v. 6, n. 11, jan./jun. 2007, pp.11-39.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Florense Uni., 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p.169.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, v. 7 n.13, 1994.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

HUNT, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE BRETON, David. *Las passiones ordinárias, antropologia de las emociones*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1999.

LEENHARDT, Jacques. As luzes da cidade: notas sobre uma metáfora urbana em Jorge Amado. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Escrita, linguagem, objetos*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. In: *Revista História da Educação*, n.14, set.2003, pp.31-45.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Pensar com o sentimento, sentir com a mente. In: RAMOS, Alcides Freire; MATOS, Maria Izilda Santos de; PATRIOTA, Rosangela (orgs.). *Olhares sobre a história: culturas, sensibilidades, sociabilidades*. São Paulo: Hucitec, 2010

REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: UFPR, 2010.

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPIEGEL, Gabrielle. *Practicing History: New Directions in Historical Writing after the Linguistic Turn*. New York: Routledge, 1995.

SPIEGEL, Gabrielle. *The Past as a Text: the theory and practice of medieval historiography*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflections on a new old history. In: *The past and the present*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, 1998.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

